

DO IGARAPÉ AO RIP RAP: O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA PAISAGEM DE UM “LUGAR PERIGOSO” EM MANAUS

SILVIA ADRIANA LIMA CORRÊA

RESUMO *O resgate da trajetória de poluição de igarapés da cidade de Manaus e dos assentamentos humanos que habitam seu entorno revela como ambos, moradores e igarapés, passaram a compor, no presente, uma paisagem que transmite, previamente, uma mensagem: perigo. Para problematizar esse processo forjado recorreremos, por um lado, por via da memória e, por outro, do sensível/perceptível, a alguns estudos importantes, entrevistas diretas e à abordagem que dialoga com a metodologia de etnografia de rua, ao assumir a posição de um transeunte que, em caminhada até o lugar, pontua elementos que despertam a sensação de perigo.*

PALAVRAS - CHAVE *Igarapé. Poluição. Paisagem. Perigo.*

FROM IGARAPÉ TO RIP RAP: THE PROCESS OF CONSTITUTING THE LANDSCAPE OF A “DANGEROUS PLACE” IN MANAUS, BRAZIL

ABSTRACT

The recovery of the trajectory of pollution of streams in the city of Manaus and the human settlements that inhabit its surroundings reveals how both residents and streams started to compose in the present a landscape that previously conveys a message: danger. To problematize this process forged, on the one hand, through memory and, on the other, through the sensitive, we resorted to some important studies, direct interviews and an approach that dialogues with the methodology of street ethnography, by assuming the position of a passerby who walks to the place, points out elements that arouse the feeling of “danger”.

KEYWORDS *Igarapé. Pollution. Landscape. Danger.*

INTRODUÇÃO

Qual a imagem mental do perigo que faz com que reconhecamos prontamente possíveis ameaças em determinado lugar? Por certo, cada um de nós, por vivermos em um país como o Brasil, temos alguma informação já previamente estabelecida em nossa mente que desperta nossos sentidos ao sermos assim indagados e, em linhas gerais, este artigo trata justamente da construção social dessa imagem mental. Considerando-se a “paisagem” como objeto de estudo situado na junção entre um dispositivo perceptivo e um dispositivo cultural (DESCOLA, 2012), cumpre demonstrar como realizamos concretamente, a partir dessa imagem mental, o modelo de sociedade a qual, de forma inconsciente ou consciente, aderimos.

O presente artigo advém de pesquisa de mestrado desenvolvida entre os anos 2015 e 2017 e aborda o caso de uma pequena localidade considerada perigosa – que recebe neste estudo o nome fictício de “Comunidade Santa Clara”¹ – situada no entorno de um igarapé que perpassa uma comunidade situada no bairro Petrópolis, zona centro-sul de Manaus. Inicialmente, indaga-se: por que essa localização é assimilada como um lugar perigoso no contexto da cidade?

Primeiramente, deve-se estabelecer que a construção da ideia de perigo é problematizada aqui como processo que se impõe no escopo das relações de poder, a serviço de grupos sociais dominantes, responsáveis pela produção da paisagem urbana de Manaus. Processo esse que conforma, no campo simbólico, disputas entre propostas distintas de civilidades, sociedades e culturas. Entende-se, portanto, que as discussões que envolvem igarapés da cidade não se restringem a perspectivas ambientalistas, mas reservam disputas simbólicas.

No transcurso deste texto, pretende-se demonstrar como se deu o processo latente e contínuo de agonia dos igarapés na tra-

1 A comunidade e interlocutores são referenciados neste estudo por meio de nomes fictícios. Também não será identificado o nome do igarapé, embora um conhecedor da cidade possa identificar que se trata de um dos igarapés pertencentes à bacia de Educandos que perpassa essas imediações.

jetória histórica de Manaus, que, por sua agressividade, transformou esse tipo de localização atualmente em meros esgotos a céu aberto, reconhecidos, no presente, pelo epíteto de Rip Rap. Com base no conceito de poluição de Douglas (1966), que a considera não apenas sob aspectos ambientais, mas também culturais, pretende-se evidenciar como esses danos físico-ambientais se concatenam ao processo de marginalização dos segmentos sociais que habitam o entorno os igarapés da cidade. Isso porque moradores e igarapés parecem compor, juntos, uma paisagem deteriorada que remete à sensação de perigo.

Considera-se que tais percepções se processam e se sustentam por meio da sócio dinâmica das relações de poder (ELIAS, 2000) apreendidas em campo, em seus mais diferentes níveis, e se pautam na estrutura do par “estabelecidos e *outsiders*”, conceito que Elias (2000) trata em seu livro do mesmo nome conforme discorreremos a algumas linhas. Os relatos de Eduardo, morador da área “boa” da comunidade, foram escolhidos estrategicamente e aqui trazidos para demonstrar como essa sócio dinâmica se reproduz no ambiente interno da comunidade.

As informações foram apreendidas qualitativamente por meio de entrevistas diretas com alguns moradores da comunidade e pelo uso de alguns recursos etnográficos, que permitiram a observação do cotidiano do lugar sem muitos estranhamentos por parte dos interlocutores, pelo fato de a pesquisadora ser moradora do lugar. Sob a escolha metodológica de etnografia de rua (ROCHA e ERCKET, 2003), assumo posição de um transeunte, sob a perspectiva benjaminiana do *flâneur*, que apreende a cidade como uma paisagem e que “caminha em direção a um tempo que desapareceu” (BENJAMIN, 2007, p. 461), mas que, de algum modo, permanece. Proponho, então, uma caminhada em direção ao “lugar perigoso”, na tentativa de identificar o exato momento em que a paisagem apresenta aos transeuntes elementos capazes de despertar aquilo que entendo se situar entre o nojo e o medo e que conduzem à sensação de perigo.

A CIDADE DE MANAUS E OS IGARAPÉS

É na paisagem urbana que as contradições se mostram evidentes, ao mesmo tempo em que conformam latentes conflitos, dramas e angústias individuais e coletivas. A moradia ocupa um lugar central nessa análise na medida em que suas contingências explicitam e materializam as diferentes formas de desigualdades. Oliveira e Costa (2007) observam que “a importância de se entender a cidade a partir da produção da moradia é que ela possibilita unificar os vários campos de análise urbana”, posto que os problemas ditos urbanos se associam, não por coincidência, à espacialidade produzida na cidade. De fato, os espaços vão tomando simbolismos em conformidade ao seu grau de adequação para a habitação humana, de modo tal que, quanto mais precarizado se mostra o ambiente de moradia, mais se abrem precedentes para sua estigmatização.

Seja pela ocupação irregular nas áreas de risco das localizações centrais da cidade, como encostas de barranco, margens de córregos, mesmo outro tipo de lugar com características de relevo que não interessam ao mercado imobiliário formal; ou ocupando as zonas limítrofes onde há pouquíssima infraestrutura urbana, os segmentos populares vão, ao seu modo, dando forma à paisagem citadina, ocupando aceleradamente “a parte que lhes cabe nesse latifúndio”, parafraseando Chico Buarque de Holanda.

Em ambas as situações, esses assentamentos caracterizam-se pela grande quantidade de domicílios, geralmente construídos pelo próprio morador, localizados em áreas com limitado acesso à infraestrutura urbana. Além disso, afirma Davis (2006), ao contrário do que se imagina, as ocupações dos estratos empobrecidos são toleradas em algumas situações:

Como observa a economista urbana Eileen Stillwaggon: “Em essência, os invasores ocupam terra não arrendada, terra que tem tão pouco valor que ninguém se dá o trabalho de fazer

cumprir seus direitos de propriedade sobre ela”. Em Buenos Aires, por exemplo, a maioria das villas de emergência – habitadas muitas vezes por imigrantes ilegais bolivianos e paraguaios – localiza-se ao longo das margens fétidas do poluídíssimo rio de La Reconquista e do rio de La Matança. [...] As villas só são toleradas porque esses terrenos estão temporariamente sem valor numa economia em depressão. [...] (DAVIS, 2006, p. 49).

Em Manaus, como veremos adiante, esse roteiro se aplica a áreas de igarapés e, neste texto, trataremos do caso de uma pequena localidade estigmatizada que se situa às suas margens, observando como o processo de poluição desses cursos d’água conforma, no campo simbólico, toda uma disputa entre percepções de mundo e propostas de civilidades. A pequena localidade é apenas um recorte espacial pertencente à comunidade Santa Clara, situada no bairro Petrópolis, zona centro-sul da cidade, geralmente designada pelos moradores de outras localizações como o lugar onde “só tem gente que não presta”, o “lugar perigoso” da comunidade. Entretanto, qual relação o processo de criminalização generalizada desses sujeitos sociais guarda com o processo de deterioração dos igarapés em Manaus?

Os estudos locais mencionados neste texto (COSTA JUNIOR e NOGUEIRA, 2010; GOMES, 2004; OLIVEIRA e COSTA, 2007; OLIVEIRA, 2008; OLIVEIRA e SCHOR, 2009) esforçam-se para demonstrar como áreas de igarapés foram, por um lado, vivenciadas em suas diferentes formas de uso pelos segmentos populares de Manaus, por outro, suprimidas pela elite local que determinou a produção de seu espaço urbano, de tal modo que hoje esses cursos d’água figuram tão somente como grandes esgotos a céu aberto.

É certo que nos estudos supracitados, os sentidos do observador explicitam a centralidade que as águas ocupam em contexto local, pois, a cidade, assim como toda a região em que se insere, está envolta em um universo fluvial. Então, a perspectiva

predominante dos pesquisadores registrada nesses estudos denota um “sentir” o ambiente em que as transformações da relação entre o homem e os igarapés são narradas, considerando-se conflitos e tensões relativos à degradação não apenas de seu aspecto físico, mas também de sua dimensão simbólica.

Para Descola (2012), a relação humana com o que se entende por natureza é determinante para o estudo da sociedade. Ele toma como exemplo a estranheza com que os europeus percebem a relação social que indígenas cultivavam com seres não humanos, desde os primeiros momentos da presença europeia nas américas. A literatura etnográfica disponível enfatizava o estranhamento do europeu em face da percepção indígena sobre as relações humanas que pressupunham não apenas os seres humanos. A relação pretérita entre manauaras e igarapés, de certa forma, expressava o sentir indígena supracitado, mas, as disputas simbólicas consoantes às seguidas transformações desses cursos d’água parecem ter sido eficazes para o distanciamento entre humanos e igarapés.

A partir de Costa Junior e Nogueira (2010), Gomes (2004), Oliveira e Costa (2007), Oliveira (2008) e Oliveira e Schor (2009), é possível depreender que, à medida que as elites foram possibilitando a transformação dos igarapés em grandes esgotos, sem uma preocupação adequada de conservação, os atributos imputados aos grupos residentes em suas margens foram acompanhando tais transformações. No presente, os moradores de margens dos igarapés de Manaus parecem ser projetados mentalmente como uma espécie de extensão da imagem deteriorada desses cursos d’água: ambos se fundem e formam um “lugar”², um ambiente que destoa – ao menos em tese e discurso político – do projeto de cidade que a elite local diz pretender.

2 Observe-se que a categoria lugar aqui mencionada é definida como posição, nos termos de Bourdieu (2012), sempre em sentido relacional.

DISPUTAS SIMBÓLICAS E A CONSTITUIÇÃO DO IGARAPÉ EM ESPAÇO “DEGRADADO”

O período da economia da borracha, um dos emblemáticos momentos de povoação e alteração da arquitetura da cidade, implicou que Manaus passasse por um intenso processo de modernização, mas não seria incorreto afirmar que se tenha intensificado também, no campo simbólico, a partir de então, um contínuo processo civilizador (ELIAS, 1994), sempre presente no processo de urbanização de Manaus, cuja expressão está concretizada na espacialidade da cidade. Para Oliveira e Schor (2009, p.64) “[...] a espacialidade produzida em Manaus no período da borracha, mais do que uma determinação nacional e local, é uma determinação do exterior”.

Inseridos no bojo do processo global de expansão do capital, estavam também os novos padrões de comportamento que caracterizam o processo psíquico civilizador, cuja expressão se materializa nos padrões europeus arquitetônicos impostos à cidade, assim como em período mais recente de sua história, são os elementos de cultura reconhecida mundialmente como legítima que sufocam e dão desimportância à cultura regional. No fogo cruzado entre o que seria civilizado ou incivilizado, Manaus correspondia (e ainda corresponde) a apenas uma cidade da América Latina, apreendida socialmente a partir da imagem genérica e depreciativa de cultura indígena e cabocla, tentando defender-se por meio de uma elite local que, antes, movimentava-se no sentido de adequar-se aos ditames do mundo civilizado para habitar a cidade, e agora, sequer a habita ou vivencia.

Oliveira e Schor (2009, p. 59) destacam, com estranheza, o fato de que Manaus, situada em um universo fluvial e entrecortada por igarapés, “cresce de costas para o rio”. Ao observarem as edificações da região central da cidade, explicam que todas foram construídas de frente para as avenidas produzidas pela ação do homem civilizado, ao mesmo tempo em que estão de costas para

a orla da cidade, o que se identifica em diferentes momentos da trajetória urbana de Manaus. Apenas para citar alguns exemplos, tem-se a construção de prédios como “o Teatro Amazonas, o Palácio da Justiça e o Ideal Clube, lugar de entretenimento da elite manauara” (OLIVEIRA e LUPUNA, 2016, p: 533) e depois, no movimento de verticalização da cidade, os edifícios que representavam o “moderno” e um “novo modo de habitar”:

Mais tarde, com a chegada da Zona Franca de Manaus, aí também se instalaria os prédios comerciais e residenciais mais altos da cidade. O aterro do igarapé que foi marco modernizador outrora, agora faz parte da história da avenida. Que por sua vez seria marcada pela construção desse novo modo de habitar. O fato é que a cidade de Manaus da década de 1970 foi marcada pela construção de prédios que ainda hoje são símbolos de modernidade. Situando-se no perímetro que compreende o centro antigo da cidade esse novo modo de morar (OLIVEIRA e LUPUNA, 2016,p, 533).

O momento em que se determina sobre Manaus a necessidade de fazer de sua paisagem urbana uma extensão das cidades europeias, também marca o início da agonia dos igarapés da cidade. Partindo-se do princípio de que, para a elite responsável pelos direcionamentos político-econômicos locais, os igarapés representavam não apenas obstáculos físicos de conformação da cidade, mas entes que simbolizavam fortemente o relevo e sociabilidades amazônicas, torna-se possível identificar a gênese dos conflitos identitários manauaras envolvendo os igarapés e a produção do espaço urbano da cidade de Manaus.

Nesse roteiro, a supressão e a degradação dos igarapés representam um fato emblemático de homogeneização urbana, ditada, primeiramente, pelo estilo de vida francês, conforme a ideia dominante de civilização projetada sobre a cidade (assim como ocorreu à época em todo o mundo), e, em período mais recente, no contexto da cidade moderna, pela disputa secular entre cultura dominante *versus* cultura popular. Por essa perspectiva,

entende-se que os igarapés como o lugar dos pobres amazônidas, incomodavam duplamente por seu aspecto físico e cultural.

Do ponto de vista espacial, a cidade caracteriza-se por uma geomorfologia entrecortada de igarapés. Ora, esses cursos d'água serviram não apenas para a realização de atividades como lavar roupa, apanhar água, pescar, mas também para a circulação e, principalmente, para a realização das festas e dos eventos humanos. Os igarapés, até meados do século XX, permitiam o controle e a apropriação do espaço e o domínio do tempo pelos segmentos populares, em parte porque esses espaços escapavam ao controle das estruturas de poder, visto que não necessariamente faziam parte do lazer dos segmentos mais ricos (OLIVEIRA e SCHOR, 2009, p. 69-70).

Cumprе sublinhar como o processo de aterramento e degradação de igarapés conforma uma disputa no campo simbólico entre propostas diferentes de sociabilidades ou, melhor afirmando, de civilidades. A cidade de Manaus toma forma urbana a partir do centro, e seu processo de ocupação, fomentado por ambiciosos projetos econômicos para a cidade, dá-se em torno de meados do fim do século XIX. O progresso promovido pelas elites extrativistas, no período em que Manaus foi representada pelo epíteto “cidade do Fausto”, revelava o desejo de transformá-la na “Paris dos Trópicos”. Em consonância com tais mudanças espaciais, está a relação de conflito envolvendo os igarapés que entrecortavam o perímetro urbano da cidade, uma vez que esses cursos d'água *a priori* determinavam os limites físico-territoriais do avanço dos elementos do urbano sobre o espaço inalterado.

Até meados do século XIX, os igarapés resistiram às intervenções e mantiveram-se presentes nas formas do espaço da cidade, estabelecendo, de certo modo, os limites de crescimento da cidade (...) até os anos sessenta sua ocupação produziu-se num processo que retoma a forma da cidade do final do século XIX, com o aterro dos igarapés da parte central da cidade e a construção de três pontes na Avenida Sete de Setembro. No final do sé-

culo XIX, a cidade passou pela primeira expansão urbana, quando então foram aterrados, somente na parte central, sete igarapés (Valle, 1999), o que possibilitou a expansão da cidade para o leste e para o norte. A forma urbana de Manaus foi sendo moldada a partir do padrão topográfico limitado por vales afogados, com o rio Negro penetrando cidade adentro. A cidade foi se conformando aos igarapés que isolavam os blocos urbanos, e sua forma foi estruturada pelo conjunto de sistemas naturais, igarapés, áreas alagadas e margem do rio Negro. Se até o final do século XIX foram os igarapés que condicionaram a direção do crescimento da cidade, no início do século XX, os fatores naturais de limitadores da cidade foram sendo superados por aterramentos e pela construção de pontes (OLIVEIRA, 2008, p. 34).

Os Igarapés são, frequentemente, elementos centrais nos estudos que tratam da produção do espaço urbano de Manaus. Autores como Costa Junior e Nogueira (2010) destacam como os igarapés foram (e ainda têm sido) alvo constante de ações de embelezamento por parte dos gestores locais. Observam que, em um intervalo de um século, as ações de ultrapassagem desses cursos d'água se reatualizam, quer dizer, “embelezar” a cidade, por esse ponto de vista, seria torná-los outro ambiente, o que pressupõe seu aterro e/ou a retirada da população de suas margens.

Costa Junior e Nogueira (2010) explicam que o início das políticas de embelezamento destinadas às áreas de igarapés se deu a partir da gestão de Eduardo Ribeiro e dividem sua análise em três períodos: período pré-Eduardo Ribeiro; era Eduardo Ribeiro e período pós-Eduardo Ribeiro. Os autores mencionam como exemplo do período pré-Eduardo Ribeiro, o *croqui* produzido na administração de João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha (1852), que serviria posteriormente, como incentivo para implementação de obras de ultrapassagem desses cursos d'água, vistos, então, como “obstáculos” e, ainda nesse período, o estabelecimento do Código de Posturas, em 1868, que coibiria a retirada de água do igarapé do Aterro, impossibilitando o uso das

águas dos igarapés pela população. Desde aquela época, nota-se, em processo o distanciamento entre manauaras e igarapés.

OS IGARAPÉS COMO LUGAR DE SOCIABILIDADE DOS POBRES EM MANAUS

Estar em Manaus é saber-se situado em um dos principais centros urbanos da Amazônia, área múltipla, cuja densidade humana e cultural é traduzida em um termo utilizado por Pizarro (2012, p.18): a “nação de águas”. Partindo desse ponto, é possível depreender que tratar das sociabilidades e modos de vida, seja urbano ou rural, em contexto amazônico, é, necessariamente, tocar na relação do homem com a água, seja do ponto de vista de memória afetiva e cultural, ou, no sentido mais pragmático, da necessidade de mobilidade.

Os discursos escritos sobre a Amazônia apresentam, frente aos demais discursos da América Latina, a especificidade do fluvial. Na maioria das vezes são discursos conduzidos pela navegação, tanto no caso dos descobridores, ou aqueles em que a água aparece como instância prévia e se introduz em seu curso, quanto no caso dos exploradores científicos. São textualidades que repousam sobre o decurso, que se desdobram em uma infinidade de furos, igarapé, lagoas, afluentes, tributários, numa geografia de águas que, quando não invade tudo, se faz pressentir a sua volta, em sua permanência, em seu ritmo. São os discursos de uma nação de águas (PIZARRO, 2012, p. 18).

Os estudos sobre a urbanização de Manaus dão destaque a essa relação, quando observados os espaços de igarapés e o que representam para elite local responsável pela produção do espaço urbano da cidade, na mesma medida em que demonstram como os anseios desse segmento vão se concretizando na paisagem e nos sentidos da cidade. Foi assim que os igarapés passaram a figurar, em determinado momento da história de Manaus, como elementos destoantes de uma nova proposta de civilidade

defendida pelas elites locais, por serem vistos como “entrave do progresso”, até chegarem à condição atual em que figuram como parte da cidade que nega a si própria. Isso porque:

Além de terem sido vistos como barreiras à expansão da capital amazonense (OLIVEIRA, 2003), os igarapés no contexto da industrialização passaram a representar paisagens feias e malcheirosas, ocupadas por aqueles que pouco poderiam escolher onde morar, e que encontraram nas margens dos igarapés a possibilidade mais barata de construir sua moradia (COSTA JUNIOR e NOGUEIRA, 2010, p.191).

Em cada empreitada interventiva, há um grande número de famílias retiradas, sob a mesma justificativa de embelezamento. Costa Junior e Nogueira (2010) explicam que assim ocorreu na gestão Arthur Reis (1964-1967), quando houve um grande movimento socioespacial na cidade, decorrente da locomoção de centenas de famílias da conhecida “Cidade Flutuante”, típico povoamento que se estabelecia nas águas do Rio Negro. Com a política de higienização da orla da cidade, Arthur Reis estabelecia os alicerces para o que viria ser a Zona Franca de Manaus em 1967.

Em intervenções emblemáticas mais recentes, as políticas de embelezamento da cidade envolvendo áreas de igarapés ganharam novo fôlego. Em 1997, o prefeito Alfredo Nascimento propôs um projeto ambicioso, que sugeria transformar as áreas de igarapés da região central da cidade em uma “Nova Veneza”, o que não foi concluído. A gestão de Eduardo Braga, nos dois mandatos consecutivos (2003-2006/2007-2010), criou o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim)³, concebido, em 2003, e implementado, em 2006. O objetivo seria, segundo o discurso oficial, drená-los e transformá-los em canais, além da “extinção da ocupação favelizada do seu entorno” (CRUZ, CASTRO e DE SÁ, 2011, p.109).

Na prática, a drenagem desses cursos d’água intensificou o processo de degradação dessas áreas e não apenas no sentido físico-ambiental, mas também simbólico. A pequena localidade

3 Programa do governo do Estado implementado nos igarapés pertencentes às duas principais bacias hidrográficas da cidade: a bacia do Educandos e a bacia do São Raimundo.

4 Termo geotécnico. Solo ensacado utilizado para drenagem do igarapé. Ultimamente quando alguém se refere a algo próximo ao igarapé, por vezes, utiliza o termo técnico Rip Rap em vez de seu nome original, algo como: “ele mora bem ao lado do Rip rap”.

aqui em estudo se insere nesse contexto: a implementação do Rip Rap⁴ para contenção do igarapé, ocorrida na gestão do prefeito Alfredo Nascimento, aguarda até hoje sua conclusão por meio da implementação do Prosamim, que até a presente data não foi implementado.

O momento em que o igarapé em questão recebe a implementação de grandes tubulações construídas pela prefeitura e que estas passam a despejar todo tipo de esgotamento sanitário e doméstico para seu leito, é também o momento que marca sua transição da condição de um curso d’água natural à de esgoto e, de igual modo, quando deixa de ser referenciado como “igarapé” e passa a ser designado também pelo epíteto de Rip Rap.

No ano 2016, o Ministério Público Federal (MPF) impetrou Ação Civil Pública (00022764-35.2016.4.01.3200), contra o Estado do Amazonas, o ex-coordenador da Unidade de Gerenciamento do Prosamim, Frank Abraham Lima, as construtoras Concremat Engenharia e Andrade Gutierrez – responsáveis pelas obras do Prosamim III, implementadas na bacia de Educandos, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), financiador dessa etapa, pelos sérios estragos ambientais causados em decorrência da canalização, desmatamento e aterramentos dos igarapés⁵ na bacia de São Raimundo. A ação exigiu a construção de estações de tratamento de esgoto para os moradores do Prosamim III.

Os impactos físicos dos danos socioambientais misturam-se ao distanciamento que paulatinamente essa cidade foi desenvolvendo em relação aos igarapés. Gomes (2004) trata da representação mais recente dos igarapés e constata que, na percepção do jovem manauara, estes já são absorvidos como esgotos. Segundo a autora, a percepção coletiva em relação a esses afluentes mudou em um pequeno espaço de tempo, por conta das sequentes intervenções humanas: em nada mais que três décadas, a representação desses cursos d’água mudou completamente. Data do início da década de 1970 que:

5 A matéria do site G1, de 17/03/2016, notícia: “Segundo o MPF-AM, ‘vários cursos d’água e afluentes da bacia foram descharacterizados com aterramentos, compactações, desmatamentos e canalizações que prejudicaram o importante papel ambiental dessas áreas urbanas de proteção permanente’ [...]”⁴. Fonte: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2016/03/mpf-am-move-acao-contra-programa-habitacional-por-dano-ambiental.html>. Acesso em: 20/09/2021.

(...) os igarapés da cidade passam a ser percebidos, em sua realização espacial, indissociavelmente ligados aos danos que lhes sobrevieram como se atributos fossem, em razão da desmedida intervenção humana no meio ambiente que, ao modificar radicalmente o lugar, destituindo-lhe de seus significados, deu-lhe conceito novo. Na cidade, a percepção dos indivíduos não apreende “igarapé”, mas “igarapé-poluído” (GOMES, 2004, p. 128).

Gomes (2004) sublinha que elementos não naturais, tais como concreto, sacos, tijolos, material usualmente utilizado para a implementação de Rip Rap, fazem parte da descrição dos igarapés. Nesse sentido, “os igarapés são apresentados da mesma forma nos mapas mentais já analisados: o igarapé é registrado em confusão com o nome da técnica utilizada pela ação de governo para transformá-lo” (GOMES, 2004, p. 129). Dito de outro modo, comumente, não se refere mais aos cursos d’água somente pelo nome de igarapé, mas também pelo termo Rip Rap, a técnica que alterou sua paisagem e cerceia seu curso, ao mesmo tempo que direciona toda espécie de esgoto para seu leito.

O BAIRRO, A COMUNIDADE E A LOCALIDADE DO ENTORNO DO IGARAPÉ COMO “LUGAR PERIGOSO”

O bairro é Petrópolis; a comunidade que dele faz parte, Santa Clara, e a localidade aqui trabalhada se situa dentro de seu perímetro territorial. Ao inferir que a pequena localidade do entorno do igarapé⁶ foi eleita como a parte perigosa da comunidade, entendo que ela assim se constituiu em relação aos lugares considerados mais seguros e melhores para morar. Aqui “lugar” é entendido como “espaço social, sob um ponto de vista relacional, como posição, como gradação em uma ordem” (BOURDIEU, 2012, p. 160), o que implica considerar suas sociabilidades em sentido comparativo a outras existentes nas demais localizações de Petrópolis.

6 A comunidade Santa Clara em Petrópolis é composta por área elevada, onde ficam as ruas, considerada a parte “boa” e área de baixada, onde ficam os becos, no entorno do igarapé, localização vista como marginal.

Nesse sentido, a problematização desse processo de estigmatização deve ser situada nos termos de Norbert Elias (2000), quando este trata da estrutura da relação de poder que sugere o par “estabelecidos e *outsiders*” sobre a qual se pautam as relações compreendidas em campo, as quais parecem sustentar o estigma por dentro, no âmbito dos microcosmos sociais.

Quando a comunidade Santa Clara surgiu, na passagem dos anos 1970 para os 1980, era um momento de horizontalização de Manaus em que as ocupações eram, em certa medida, determinantes para constituição de novos bairros na orla da cidade. Não bastasse isso, ela ainda nasce em uma região central da cidade, circunscrita por bairros antigos de estrutura estabelecida, que apresentavam uma trajetória diferente dos que surgiam naquele momento.

A comunidade surgiu da ocupação de um terreno considerado vazio entre os bairros São Francisco e Petrópolis, ambos constituídos havia mais de trinta anos. Então, ao fazer o cruzamento de informações, tem-se um quadro dos anos 1980 em que é evidente uma linha divisória entre o espaço dos bairros “antigos”, constituídos por meio de loteamentos (ainda que populares) e que apresentam uma relativa infraestrutura urbana, e o espaço mais recentemente, ocupado sob a pecha de “invasão”, como a comunidade Santa Clara, onde sequer serviços básicos como água e energia existiam. Nesse momento da trajetória manauara, as “invasões” eram o problema da vez:

O processo de crescimento da cidade, durante as décadas de 1980 e 1990, criou um conjunto de deficiências e problemas urbanos: o espraiamento indiscriminado da ocupação urbana, com aumento das invasões, nas zonas leste e norte, além do agravamento da situação às margens dos igarapés (COSTA e SCHMITT, 2010, p. 5).

A década 1980, além disso, proporcionou não apenas o surgimento de bairros e comunidades, mas, de novas áreas estigma-

tizadas no contexto da cidade, decorrentes do processo de deterioração da imagem do indivíduo “invasor de terras”, visto como “baderneiro”, “vagabundo”. Além da ideia de desordem que as ocupações populares traziam, estas também eram responsabilizadas por enfeiar a paisagem da cidade. Observe-se como o jornal *A crítica* trata das ocupações populares nesse período, indicando o tom de intolerância com que eram assimiladas:

Êxodo. Acredita-se que uma das causas básicas para o inchaço da capital, é justamente o êxodo rural, que está atraindo o homem do campo para as cidades ou para as sedes de municípios, gerando com isso uma busca de ocupação de terras ociosas e que na maioria das vezes servem tão-somente para especulação imobiliária, gerando os conflitos que assistimos não só em Manaus, como em todo o país. Ou o governo que entra faz algo de concreto para fixar o homem ao campo e mesmo fazer triagem dos que vêm de outros estados brasileiros, ou certamente esta crise vai tomar aspectos de luta com muito sangue derramado. Já disseram alguns, que terra cheira a sangue e os últimos incidentes, com morte, têm demonstrado isso (*A crítica*, 03 de março de 1987).

À época, a precariedade da comunidade Santa Clara se tornava mais evidente por fazer fronteira com as áreas dos conjuntos do bairro Petrópolis e outro conjunto de classe média, situado no Aleixo. Em determinado momento da trajetória da comunidade, essa diferença em relação às demais localizações da zona em que se situa concedeu-lhe a pecha de um lugar inferior e perigoso. Embora alguns de meus interlocutores, sobretudo da parte alta, tentem atenuar essa condição pretérita da comunidade, não há como negá-la. Quando pergunto sobre a existência de “galeras”⁷ na comunidade, Eduardo⁸, morador da parte alta responde:

Não, não tinha não. Aquilo era alguns galer... [não completa a fala] uma turminha, nem se compara com o que veio de-

7 Espécie de gangues que existiram em Manaus entre as décadas de 1990 a 2000. Há diferentes interpretações sobre o que e quem teriam sido seus membros.

8 Eduardo, casado, pai de uma menina. Se identifica como uma espécie de “faz tudo”, atuando conforme “a vontade ou a necessidade”. Diz ter como registro em carteira, apenas a profissão de mecânico, mas, na ocasião da entrevista, trabalhava com marketing digital, com uma renda em torno de R\$ 1.300. Na verdade, seu perfil socioeconômico é muito próximo ao da grande maioria que vive nos becos da baixada. A entrevista foi realizada em 30 de junho de 2016, na residência de Eduardo.

pois. Tipo, as galeras grandes, a “Anjos e Selvagens” [galera de outro bairro] que realmente eram galeras de 50 a 70 (...) logo no começo do bairro não tinha confusão não. Pra não dizer que não tinha confusão, sempre tem aqueles adolescentes, né, que brigam entre si por causa de um jogo de futebol e tal. Então, criou-se uma rivalidade (interna à comunidade) entre o [território] Santa Clara 1 e o [território] Santa Clara 2. Aqui era o Santa Clara 1 e ali [fala o nome de um campo da comunidade] era o Santa Clara 2... Então, criou uma pequena rivalidade que não durou muito tempo, não (...) é, foi o nascimento das galeras, né. Foi aí que começou (...) uma turminha daqui, uma turminha dali e tal, começava a brigar.

Eduardo tenta se explicar e dá sua versão. Diz que, em determinado momento, a comunidade passou a ser percebida internamente pelos moradores a partir de localizações opostas entre dois grupos: “Santa Clara 1” e “Santa Clara 2”. A rivalidade implicava a limitação de circulação de moradores (sobretudo de homens jovens) pela comunidade, o que poderia ocasionar brigas e “carreiras” (uma turma se reunia para “botar pra correr” o morador estranho à área). Importa ressaltar que sua fala reporta aos eventos de violência que aconteciam de forma específica nos espaços onde ficam as ruas. Os eventos de violência na *baixada* sequer aparecem em suas recordações, espaço que hoje ele evidencia como o “lugar perigoso da comunidade”.

Pergunto a Eduardo se ele se recorda de como, nos anos 1990, havia uma rotina de mortes de homens jovens na comunidade, seja em função de rixa entre os membros das (pequenas) galeras e agregados⁹, seja em função de conflito envolvendo policiais. Enfim, um cotidiano diferente daqueles anos de desenvolvimento de pesquisa (2015-2017), em que pouco se observava eventos de violência na comunidade que resultassem em briga ou morte. Ele responde positivamente e, em seguida, exemplifica: “Lembro. Inclusive o irmão da Rute morreu assim. O policial chegou com a arma no peito dele, ele disse: ‘atira’. Ele pegou,

9 Pessoas que mantinham relações próximas com as galeras, com estilo de vida parecido ao delas, mas não se consideravam membro da “galera”.

atirou. Aí o cara morreu. Pediu pra morrer... era galeroso¹⁰, né?! Usava droga... E morreu como bandido”.

Em síntese, no período em questão, a comunidade figurava como um recorte espacial recém-constituído dentro de uma zona de bairros antigos, onde se reproduziam as sociabilidades existentes nas ditas “invasões”. Mesmo em dias atuais, se algum evento de crime ou violência acontece nas áreas mais antigas do bairro Petrópolis, muito facilmente associam-no à comunidade Santa Clara, de uma maneira geral, sem distinção, mas internamente, atribuem-no à baixada.

O acúmulo de informações obtidas em campo me fez identificar alguns subgrupos que se ajustam dentro de duas principais e diferentes perspectivas, quais sejam o olhar de fora e o olhar de dentro. Na primeira perspectiva, estão inclusos três subgrupos: o primeiro diz respeito ao morador das localizações mais antigas do bairro Petrópolis, que se percebe em vantagem em relação à comunidade “Santa Clara” e a assimila como uma região *outsider*, por se tratar de uma área mais recentemente ocupada por meio de “invasão”, cujo critério de julgamento de baseia no princípio de “antiguidade”; o segundo subgrupo que também se alinha a essa perspectiva trata do que chamo de “transeunte”, que, diferentemente do subgrupo anterior, não é conhecedor da trajetória da comunidade, mas que, por algum motivo, adentra às regiões da comunidade e faz um comparativo entre a imagem das partes alta e baixa – para os que compartilham dessa perspectiva, os critérios de julgamento reservam-se ao aspecto sensível; ou seja, o alerta de perigo é ativado no momento em que se deparam com a paisagem dos becos ou com a descrição do lugar. Por último, mas não menos importante o terceiro subgrupo, detentor da perspectiva do *olhar de fora*, trata do morador da parte alta da comunidade Santa Clara, que se entende como morador da parte “boa”, de forma diferente dos moradores dos becos da *baixada*¹¹, cuja localização entendem representar a “parte perigosa da comunidade”. Em oposição, há o *olhar de dentro*, composto pelos

10 Membros de “galera”, sobre os quais há várias interpretações. Hoje esse termo é utilizado como sinônimo de “bandido”, “marginal”.

11 A partir de uma análise relacional, observou-se na comunidade dois grupos que se destacaram em campo antagonicamente: os moradores das ruas da parte alta da comunidade, associados à sua área “boa para morar”; e os moradores dos becos, na baixada, à margem do Igarapé, residentes na localidade considerada “degradada” da comunidade.

moradores da localidade de baixada no entorno do igarapé, que, por uma soma de fatores, formam uma paisagem poluída.

A PAISAGEM DO LUGAR PERIGOSO: UMA CAMINHADA RUMO AO *RIP RAP*

Ambientes que operam como margem no sistema, geralmente, são assim compreendidos por representarem espaços que fogem, em certo ponto, ao controle do Estado, muito embora não possamos afirmar que existam à revelia deste, uma vez que há discussões que apontam para a operacionalidade da margem na sustentação do atual sistema (DAS e POOLE, 2004; FELTRAN, 2008). Tsing (2015) parte do princípio de que a *diversidade* é encontrada em abundância nas margens, e que, no contexto da sociedade civil organizada, como a atual capitalista, ela se opõe ao Estado, cuja função é conter, padronizar e domesticar, sobretudo mulheres.

Ao utilizar a ideia de “espécies companheiras”, de Donna Haraway (2003), em um ensaio que demonstra como cultura e biologia se convergem na história humana, Tsing usa o exemplo das características dos cogumelos – fungos que se multiplicam às margens do que é habitável e que florescem a despeito da vontade humana – para explicar o processo de domesticação biológica e social na sociedade capitalista. A partir da ideia de *bordas indisciplinadas* é possível, então, concluir que a ambivalência, característica inerente aos cogumelos, garante sua presença em diferentes e múltiplos ambientes. Além disso, o companheirismo entre espécies, presente nos processos biológicos recíprocos que as plantas desenvolvem entre si, torna os cogumelos indomáveis à prática de uniformização ecológica pela qual passou a humanidade, cuja necessidade de sedentarismo conduziu à prática da agricultura, forma atual de subsistência que se alinha à elite, conforme sinaliza a autora.

Ao trazer essa discussão para a análise aqui abordada, é possível depreender a localidade de baixada como margem que foge ao controle do Estado, mas, ao mesmo tempo, é reproduzida por ele. Por vezes indigesta, por vezes necessária à manutenção do sistema, tal qual fungos que se multiplicam sem que a vontade humana consiga controlar totalmente suas formas de existência, a *baixada* se torna marginalizada em um patamar que acaba por criminaliza-la de forma generalizante. Dito de outro modo, a visão que se tem dos cogumelos que teimam em existir parece ser a mesma que se lança sobre os igarapés e moradores de seu entorno, que insistem em se tornar presentes na cidade: a imagem do lugar parece causar um intenso desconforto.

Por ser moradora do “lugar perigoso”, meu olhar de pesquisadora não se dissocia daquele de quem carrega memórias sobre o local, uma vez que, assim como meus interlocutores, conheço bem a área em que desenvolvo a pesquisa. Assim, ao visualizar edifícios nas partes altas, casas, ruas ou os becos e Rip Rap na baixada, não os percebo apenas como estão no presente, mas os resgato em seu sentido anterior e em sua duração. Nesse caso, uma caminhada solitária é também uma percepção das transformações que o espaço sofrera, momentos vividos individual e coletivamente. As memórias de meus interlocutores, muitas vezes, trazem informações que se confrontam entre si e em relação às minhas, mas, em um exercício conjunto de rememoração, possibilitam trazer à tona pequenos pedaços que vão se encaixando como um quebra cabeça.

De agora em diante, proponho uma caminhada pela comunidade, assumindo a perspectiva de um transeunte que, ao percorrer essa área, observa atentamente sua paisagem, em uma abordagem metodológica que dialoga com a etnografia de rua.

A etnografia de rua aqui é um deslocamento em sua própria cidade, o que significa dizer, dentro de uma proposta benjaminiana, que ela afirma uma preocupação com a pesquisa antropológica a partir do paradigma estético na interpretação das figu-

rações da vida social na cidade (ERCKET e ROCHA, 2003, p. 3).

Tento identificar em que momento a sensação de desordem, em oposição ao modelo mental de organização e adequação produzido socialmente, torna-se evidente a ponto de conduzir à ideia de imprevisibilidade e, por implicação, à sensação de perigo (Douglas, 1966). O “desconhecido” (conhecido, todavia, essencialmente por meio do discurso) e o “imprevisível”, nesse caso, parecem remeter, necessariamente, à ideia de impureza que Douglas destaca como sendo constituída de sensações opostas ocasionadas por ameaças a padrões, tais como a sujeira em oposição à “limpeza”, “desordem” em oposição à “ordem”, dentre outros. Trata, pois, de relacionar o estado aparente das coisas e o modelo mental de ordem socialmente aceitável, para identificar em que momento o alarme de perigo é acionado no transeunte e a partir de quais informações este é conduzido à sensação de ameaça e à condenação. Compreendendo-se, antes, o imprevisível como símbolo de subversão à ordem porque:

Quem diz ordem diz restrição, seleção dos materiais disponíveis, utilização de um conjunto limitado de todas as relações possíveis. Ao invés, a desordem é, por implicação, ilimitada; não exprime nenhum arranjo, mas é capaz de gerá-lo indefinidamente. É por isto que aspirando à criação de ordem, não condenamos pura e simplesmente a desordem. Admitimos que esta destrói os arranjos existentes; mas também que tem potencialidades. A desordem é, pois, ao mesmo tempo, símbolo de perigo e de poder (DOUGLAS, 1966, p. 72).

Portanto, caminho desde a parte alta em que fica a porta de entrada da comunidade, até os becos localizados na baixada no entorno do igarapé, considerada sua “porta dos fundos”, um ambiente de fronteira da comunidade, onde se identificou o despertar da sensação de perigo nos interlocutores. Entendo, porém, que analisar o aspecto sensível é apenas uma dimensão do pro-

cesso da estigmatização do lugar, onde o que está em questão é o imediato, mas que já fora, entretanto, produzido simbólica e materialmente, de maneira processual.

A CAMINHADA E CHEGADA AO “LUGAR PERIGOSO”

Estou em uma avenida central da cidade de Manaus que opera como via de conexão entre diferentes zonas da cidade, por onde trafega uma quantidade diversa de linhas de ônibus com destino para os “quatro cantos” da cidade. Nessa avenida, estão concentrados uma série de órgãos públicos, empresas privadas e serviços importantes. Há ainda, condomínios residenciais destinados a grupos sociais de classe média baixa e alta; há lojas e empresas de médio e grande porte; há escolas da rede estadual e particular de ensino regular e especializado. Este é o cenário da Avenida André Araújo, em Manaus, que, em determinado ponto de sua extensão, dá acesso à entrada principal da comunidade Santa Clara.

Na entrada principal da comunidade, observa-se um grande muro que compreende todo um quarteirão, dando o indicativo do que pode ser considerado o único empreendimento de grande porte no local. Trata-se do muro da gráfica, que fora instalada na região no ano de 1990, após tentativas sem sucesso dos moradores de estabelecerem moradia nessas imediações da parte alta. Seguindo a regra de que a entrada de um espaço de moradia deve ser representada por prédios e construções melhores em relação ao seu conjunto interno, a gráfica se instalou e hoje opera como um potencial contratante dos moradores da comunidade, além de tornar-se mais um órgão de grande porte que compõe a Avenida André Araújo.

Assim, como todo o bairro Petrópolis, a comunidade Santa Clara é permeada por áreas de elevação e baixada. Nas imediações de sua parte central, nas proximidades de um templo da Igreja Católica, há áreas de barranco condenadas pela defesa civil

há aproximadamente 20 anos – com o aspecto de uma grande cratera, cujas áreas elevadas planas comportam ruas asfaltadas e embaixo ficam os becos. É um cenário parecido com o “lugar perigoso”, mas fica no meio da comunidade, e sua imagem não fica aparente. Talvez por isso, não figure como exemplo, como é o caso do entorno do igarapé que se situa em região de fronteira.

Feltran (2008) chama atenção para a ideia de fronteira como demarcação, conexão entre aquilo que se divide e regulação de fluxos permeados por conflitos, ainda que latentes. Este parece ser um dos pontos que diferenciam a localidade em questão neste trabalho de outras similares a ela na comunidade. O igarapé opera em si, inclusive, como linha de fronteira: de um lado fica a comunidade Santa Clara, do outro o bairro Petrópolis. Entretanto, na prática, essa divisão mental não é tão simples de ser compreendida.

Seguindo em linha reta, na rua principal da comunidade, onde há casas de alvenaria, algumas poucas de madeira ainda persistem em compor a paisagem. Há as escolas de ensino fundamental que atendem às crianças da comunidade. Também é ali que mora um de meus interlocutores, Eduardo. Sua casa se localiza ainda em frente ao muro da gráfica, onde pouco se observam aglomerações de vizinhos interagindo entre si, embora, há alguns anos, essas imediações já tenham sido ponto de reunião e interação de jovens. Hoje, a imagem é outra: as ruas, esvaziadas, são apenas via de passagem, não de permanência.

Quanto mais me aproximo da localidade estigmatizada, mais noto a presença de pessoas nas vias públicas, quer dizer, se as ruas da parte alta se caracterizam por seu esvaziamento e são vistas como via de “passagem”, as ruas da parte baixa e os becos, em especial, são um ponto de concentração de pessoas, onde vizinhos interagem entre si de maneira mais próxima. Estou me aproximando da *baixada*, onde se situa a região de fronteira entre os dois bairros adjacentes à comunidade. Neste ponto, um beco leva a outros tantos que formam uma espécie de labirinto

no entorno do igarapé e operam como linha divisória entre um bairro e outro.

Eduardo, morador da parte alta, fala que o “beco da morte”, situado um pouco mais adentro, à direita de quem desce, representa os limites territoriais da comunidade, onde fica o *Chavascal*, mas, dobro a esquina à esquerda e sigo em direção a outra pequena rua que conduz ao *Bodozal*¹². Aqui há uma diferenciação nos termos utilizados para designar localizações que ao olhar de fora são semelhantes – ambas são compostas por becos, estão situadas no entorno do igarapé e são consideradas áreas insalubres, mas, internamente, os moradores, sempre acham uma forma de eleger uma área de moradia pior que a sua e um meio são os termos pejorativos empregados para designá-los.

Sigo, então, rumo ao “Bodozal”. Estamos na entrada do beco, mas ainda na rua. Por essas imediações já é possível perceber um “amontoado” de lixo em frente a um estabelecimento comercial antigo, produzido pelo próprio comércio e/ou trazido pelos moradores dos becos, misturado a fezes de cachorro, em grande quantidade no local. Na entrada dos becos que dá acesso a tantos outros, observa-se um bueiro com a tampa quebrada, sobre o qual tem-se que pisar para seguir até as imediações do igarapé. Além disso, o solo é revestido de concreto esburacado em toda a extensão do beco.

Há núcleos familiares numerosos que residem no início desse beco. Ao circular pelo local, o transeunte deve fatalmente deparar-se com alguns deles que, durante o dia, sentam-se em frente às suas casas, quer dizer, nas laterais dos becos, para conversar. Estes engrossam a fileira dos “desocupados” que “passam o dia sentados”, como afirmam alguns interlocutores, mas que são perdoados socialmente por serem “crentes”¹³, e essa diferenciação tem um peso significativo na forma como os moradores se percebem.

A estrutura das casas não é muito diferente do que se encontra na área elevada da comunidade. Nessas imediações da baixa-

12 A palavra Bodozal é usada em forma de zombaria. Reporta ao nome de um peixe da região, de casca grossa que vive em áreas alagadas, conhecido por Acari Bodó. Termo empregado para ilustrar a condição de quem vive nessas imediações que, assim como o peixe, vive na lama.

13 Há uma relação entre religião evangélica e atividades ilícitas nesse lugar, pois, de certo modo, ambos os *ethos* estão imbricados em um mesmo indivíduo, talvez, em uma forma de compensação.

da há também predomínio de casas de alvenaria à madeira, mas o número de casas de estrutura mista (madeira com alvenaria e outros tipos de materiais) se torna mais evidente. Então, nesse ponto dos becos, não importa tanto a “fachada” da casa, mas sua funcionalidade, embora existam aqueles que se esforcem em demonstrar uma fachada com detalhes de melhor acabamento. É perfeitamente possível encontrar na baixada moradores com poder aquisitivo mais alto e melhor capital escolar, residindo em uma casa aparentemente (no sentido literal da palavra) mais simples que os moradores da parte alta, ainda que, no jogo de diferenciação e autoafirmação, os primeiros sempre estejam em desvantagem em relação aos segundos.

Desse ponto em diante, já é possível perceber alteração na fisionomia dos que visitam o lugar pela primeira vez, ao se depararem com a imagem dos becos. Tento sublinhar os detalhes que podem contribuir para concretizar as sensações que alguns transeuntes possam sentir ao se defrontarem com o aspecto do lugar. Desse modo, uma informação importante diz respeito ao odor dos becos ocasionado por uma soma de fatores, como fezes de animais e água empossada na extensão, que são menos presentes nas ruas da parte alta. Soma-se a isso, o aspecto dos bueiros esburacados e do lixo acumulado em alguns pontos. Durante o período de chuva e ao amanhecer, o odor parece ser mais forte, uma vez que as águas da chuva espalham os dejetos fecais, assim como a umidade do período noturno contribui para evidenciar o mau cheiro. Recordo da fala de um morador que entrevistei ainda em experiência de iniciação científica, cuja casa fica localizada ao lado da estrutura do Rip Rap. Ele, nascido no município de Parintins/AM, dizia que não conseguia se acostumar ao cheiro que vinha do igarapé, ao mesmo tempo que percebia como os moradores estavam acostumados com o odor a ponto de sequer conseguirem estranhá-lo. “Eu consigo perceber o mau cheiro e não me acostumo de jeito nenhum”, dizia ele.

No transcurso desse beco, podem-se observar, pela manhã, algumas pessoas saindo para trabalhar, quando terão que fazer o

trajeto inverso ao que estou fazendo. É um percurso de aproximadamente um quilômetro, rumo à grande avenida onde passam os ônibus. São trabalhadores com diferentes destinos e ocupações: há desde aqueles que saem para trabalhar vestidos de bermuda e chinelo e que desenvolvem atividades laborativas como pedreiros, ajudantes de pedreiro, flanelinhas, pintores, trabalhadoras domésticas, além de outros profissionais do mercado informal como camelôs, vendedores ambulantes. Indivíduos para quem a condição de “trabalhador” não extingue a possibilidade de sua estigmatização, uma vez que ocupam um lugar considerado desprivilegiado socialmente na divisão social do trabalho.

Ando um pouco e chego ao igarapé. Estamos no Rip Rap, atravessando uma ponte. Sua calçada está ocupada em toda a extensão por pequenos barracos que funcionam como pontos comerciais. Na verdade, estou me referindo às duas laterais de concreto do Rip Rap onde seriam as calçadas, mas que foram sendo apropriadas aos poucos pelos moradores para fins de comércio (venda de peixe, frutas, brechós etc) e que apenas acrescentam mais uma informação “poluidora” à localidade, pois, este também é o espaço de lazer à noite para parcela dos moradores. A partir das 18:00h, aproximadamente, transitar por essa via se torna mais difícil dado o grande número de gente que se concentra nesse ponto da localidade. A maioria se reúne para vender ou consumir comida e bebida.

A ocupação da calçada pelos barracos improvisados empurra os pedestres para rua que existe ao lado do Rip Rap, o que faz que eles concorram com os carros por espaços para transitar. Esse lugar aparece na fala de alguns moradores das partes elevadas, como o centro do “lugar perigoso”, dado o ambiente que sugere. Na verdade, a concentração de um quantitativo de gente na rua no horário noturno causa um impacto ao olhar daqueles que por ali passam, não pela quantidade de pessoas em si, mas, em decorrência do “cenário”: um lugar insalubre, repleto de pessoas com um estilo de vestimenta e comportamento preteríveis socialmente; com músicas que ressoam em volume alto; a presença da

figura do “desocupado” (homens e mulheres sem uma ocupação definida, vistos como “preguiçosos”) e, no limite, a figura do “galeroso” e da “perigete”.

Nos anos de desenvolvimento da pesquisa, havia grupos de homens de diferentes idades que faziam questão de insinuar sua associação a alguma prática ilícita, o que era observável pelos diálogos que desenvolviam entre si, sem maiores receios. Em 2021, a dinâmica de *acordo tácito* entre os moradores permanece, porém com outras tantas informações que requerem cuidado e toda uma reanálise. Por esse motivo, registramos a mudança, sem nos debruçarmos sobre elas em maiores detalhes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *Bodozal*, nome pelo qual é designado o “lugar perigoso”, é um importante exemplo de como os simbolismos, dialeticamente às condições materiais, afetam a produção das realidades de forma concreta, validando informações que sequer requerem prévias reflexões. Cada cidade seleciona, consciente ou inconscientemente, os lugares deteriorados, sobre os quais imputa os atributos mais pejorativos e, na cidade de Manaus, um desses locais é a margem dos igarapés.

Chega-se, portanto, a uma conclusão simples: a precariedade de saneamento e de equipamentos urbanos marginaliza e atua ativamente no processo de criminalização de grupos sociais. As representações sobre o lugar perigoso em questão, por exemplo, na visão de um transeunte, justificam-se, em grande parte, pelo seu aspecto físico, dadas as precárias condições materiais de moradia, cujas informações remetem ao simbolismo pejorativo de favela, não apenas como lugar de pobreza, mas de crime e violência.

Além disso, o estilo de vida popular, explícito nas interações sociais locais, é assimilado com desprezo: tem-se, então, a paisagem do perigo. A confluência dessas variáveis sustenta no plano

simbólico um processo de distinção e, por implicação, de distanciamento e desumanização da imagem do morador do lugar, na medida em que tais habitantes passam a ser lidos socialmente como “bandidos”, “gente que não presta”.

Observa-se na percepção do transeunte que chega ao lugar um medo nos termos que descreve Zaluar (1985, p.10) “[...] não o medo que qualquer ser humano sente diante do desconhecido, mas o medo construído pela leitura diária dos jornais que apresentavam os habitantes daquele local como definitivamente perdidos para o convívio social”. É nesse sentido que o lugar perigoso desconhecido, de uma maneira paradoxal, parece estranhamente conhecido pelo transeunte, em tal medida que este é reportado à imagem mental socialmente produzida do perigo.

É a margem, é o Rip Rap, o igarapé poluído (não apenas no sentido ambiental, mas cultural), cuja paisagem, por si só, aciona no transeunte sensações que se situam entre o nojo e o medo. O pano de fundo dessa percepção é permeado por disputas entre sociabilidades e culturas de classes que se opõem na estrutura das relações de poder, assimiladas e reproduzidas pelos diferentes sujeitos sociais posicionados em campo, por via da memória e do aspecto sensível.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. *O flâneur*. In: BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Imprensa oficial do estado de São Paulo, 2007, p. 461- 498.

BOURDIEU, Pierre. Efeito do lugar. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). *A miséria do Mundo*. Trad. Mateus S. Soares Azevedo, James A. Clasen, Sérgio H. de Freitas Teixeira e Jairo Veloso Vargas. São Paulo: Ed.Vozes, 2012, p.159-166

COSTA, Danielle Pereira da; SCHMITT, Jair. *A geografia urbana de Manaus*: Desafios para mobilidade e circulação. In: *Pluris* –

4º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado, Sustentável. Universidade de Algarve Faro, Portugal, 2010.

COSTA JUNIOR, Waldemir Rodrigues; NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. De Eduardo a Eduardo: a cidade sobre os igarapés. Revista eletrônica *Aboré*, Manaus, Escola Superior de Artes e Turismo Manaus, n 5. p.190 dez. 2010.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; CASTRO, Edna Ramos de; SÁ, Maria Rocha de. Grandes projetos urbanos em metrópoles amazônicas: modernização e conflito. *Revista Novos Cadernos NAEA*, v. 14, n. 2, p. 89-116, dez. 2011, ISSN 1516-648. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/742/1012>. Acesso em: fevereiro, 2022.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: SAR Press, 2004.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DESCOLA, Philippe. *A antropologia da natureza de Philippe Descola*. Entrevista concedida à Andrea Daher (UFRJ). *Topoi*, 14 (27), Jul-Dec 2013. Tradução: Raquel Campos. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/rLmZ5XZnRMzkMzRXBG38GDt/>>. Acesso em: 10/09/2021.

DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo. *Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu*. São Paulo: Editora Perspectiva.1976

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana L. C. Etnografia de rua. *Revista Iluminuras*, BIEV/LAS/PPGAS/IFCH/UFRGS, v. 4, n. 7, 2003.. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9160/0>. Acesso em: 08 nov. 2021.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador; uma história dos costumes*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, v. I.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de Tensão: um estudo sobre política e violência na periferia de São Paulo*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

GOMES, Karla da S. *Os igarapés de Manaus na percepção dos jovens manauaras*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Centro de Ciência do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM.

LUPUNA, Corrêa de Souza; OLIVEIRA, José Aldemir de. Do caminho de canoa às escadas dos arranha-céus: avenida Eduardo Ribeiro, Manaus, Amazonas. *Revista Geosaberes*, Fortaleza, v. 6, número especial (3), p. 530 – 540, fev. 2016. Disponível em: <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/500>. Acesso em: 25 de set. de 2021.

OLIVEIRA, José Aldemir de; COSTA, Danielle Pereira de. A análise da moradia em Manaus (AM) como estratégia de compreender a cidade. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, 2007. Volume 11 Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24530.htm>. Acesso em: 30 de set. de 2021.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Espaço – Tempo de Manaus. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, UERJ, 2008. n. 33, p. 33-41.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: CASTRO, Edna (org.). *Cidades na Floresta*. São Paulo: Anablume, 2009. 41-98.

PIZARRO, Ana. *Amazônia: as vozes do rio. Imaginário e modernização*. Tradução: Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TSING, Anna. Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 17, n. 1, p. 177-201. Santa Catarina, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2015v17n1p177>. Acesso: fev.2020.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. Organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

SILVIA ADRIANA LIMA CORRÊA – Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: silviadric@hotmail.com